

Nota Técnica 39 – Como as Apostas Online Estão Comprometendo o Poder de Compra das Famílias no Bolsa Família

Sergio Kelner Silveira¹

Carolina Beltrão de Medeiros²

Introdução

A Nota Técnica 39 analisa o impacto do Poder de Compra Equivalente (PCE), uma métrica que mede a capacidade das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) de adquirir cestas básicas, considerando a inflação e o custo de vida. Um tema atual e preocupante abordado no documento é o desvio de parte dos recursos do Bolsa Família para o mercado de apostas online. A análise mostra que uma quantidade significativa de beneficiários tem redirecionado esses fundos para apostas, o que pode afetar diretamente o PCE e comprometer o poder de compra das famílias, especialmente em relação às suas necessidades alimentares básicas.

1. A Evolução do PCE

O PCE é um indicador desenvolvido pelo Núcleo de Inovação em Políticas Públicas (NISP) da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Esse indicador tem como objetivo mensurar o poder de compra dos benefícios sociais, como os concedidos pelo Programa Bolsa Família (PBF), em termos de cestas básicas adquiridas.

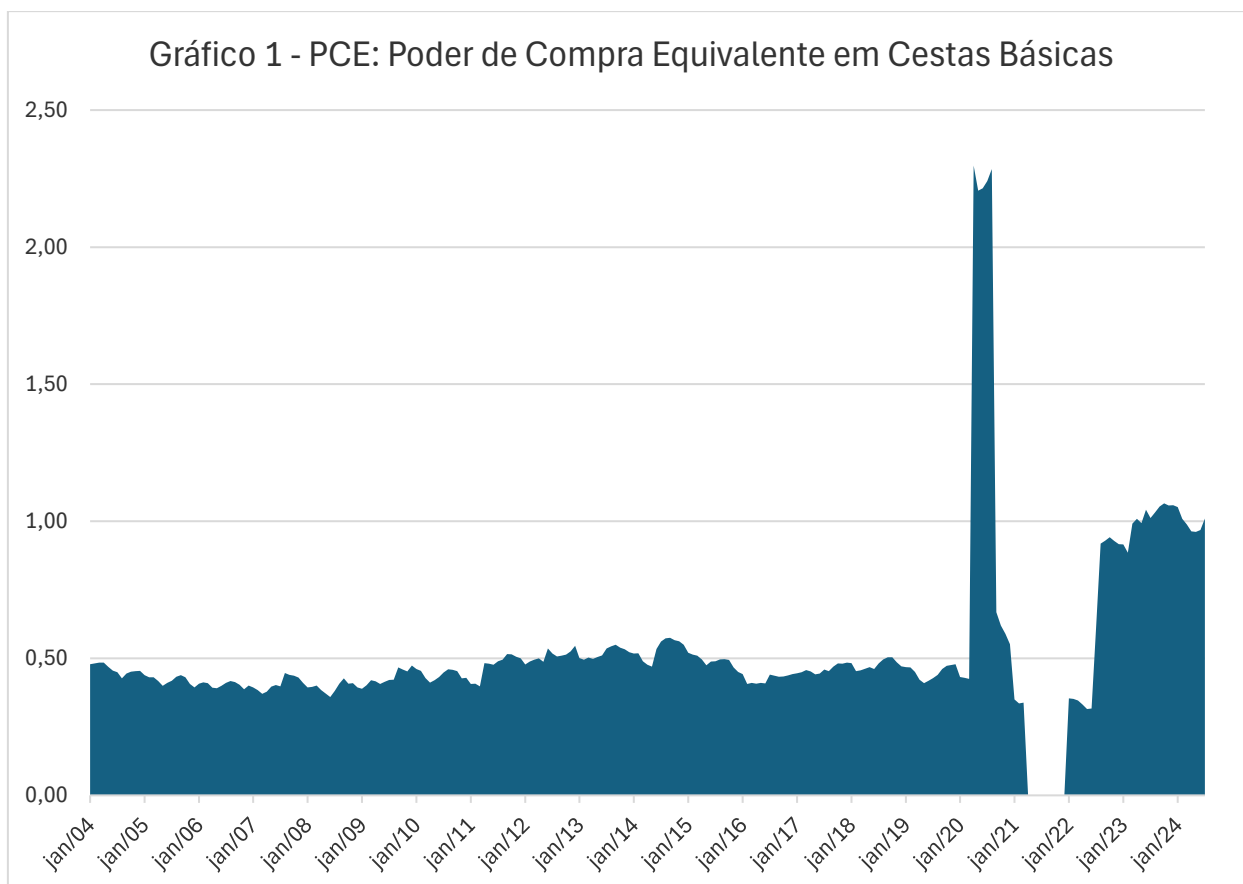
O PCE avalia quanto do valor médio recebido por uma família beneficiária do Bolsa Família pode ser convertido em cestas básicas, permitindo uma análise direta do impacto real do benefício na vida das famílias, em termos de suprir suas necessidades alimentares básicas. Além disso, o PCE leva em consideração a inflação e o custo de vida ao longo do tempo, fornecendo uma medida ajustada que reflete a capacidade real do benefício de manter o poder de compra das famílias.

Por ser ajustado pelo custo de cestas básicas, o PCE permite comparar o poder de compra do benefício ao longo do tempo, independentemente de variações nominais nos valores recebidos, fornecendo uma visão clara de como as mudanças econômicas e políticas afetam o poder aquisitivo dos beneficiários.

Esse indicador é fundamental para avaliar a eficácia das políticas públicas de transferência de renda, como o Bolsa Família, em proporcionar segurança alimentar e reduzir a vulnerabilidade das famílias. O PCE também ajuda a monitorar se os ajustes nos valores dos benefícios estão acompanhando as mudanças no custo de vida, assegurando que as famílias beneficiárias mantenham um nível adequado de consumo de bens essenciais. Flutuações significativas no PCE podem indicar desafios que precisam ser abordados para garantir a continuidade da eficácia do programa.

¹ Economista do NISP. sergio.kelner@fundaj.gov.br

² Pesquisadora do NISP. carolina.beltrão@fundaj.gov.br



Fonte³: MDS e DIEESE (2024)

O gráfico 1 (Poder de Compra Equivalente) revela uma relativa estabilidade desse indicador de janeiro de 2004 até meados de 2020, mantendo-se abaixo de 0,5. Isso sugere que, durante esse período, o benefício oferecido pelo Programa Bolsa Família (PBF) geralmente não era suficiente para cobrir o custo total de uma cesta básica. No entanto, há um pico significativo no PCE em meados de 2020, onde ele salta para acima de 2,0. Esse aumento indica que, durante esse período, o valor dos benefícios superou significativamente o custo de uma cesta básica, em decorrência de medidas temporárias relacionadas à pandemia de COVID-19. Após esse pico, o PCE cai bruscamente, mas a pressão decorrente da queda e do aumento da pobreza pressiona o governo, que reajusta o seu valor. Na sequência estabiliza em um nível mais alto do que antes, mas ainda abaixo de 1,0, o que aponta que, embora os benefícios continuem a proporcionar suporte substancial, eles voltaram a não cobrir completamente o custo de uma cesta básica. No período mais recente do gráfico, que abrange os anos de 2023 a 2024, o PCE está mais próximo de 1,0 apontando um quase equilíbrio entre os benefícios e o custo de uma cesta básica.

No que diz respeito à análise de equilíbrio, o período mais notável em que o PCE atinge ou excede 1,0 é justamente durante o pico em meados de 2020. Esse período evidencia uma ruptura no padrão do valor do benefício, impulsionado pela pandemia e pelas decisões políticas decorrentes, que permitiram ao programa, sendo que à época para a maior parte dos beneficiários foi feita a migração para o Auxílio Emergencial, fornece recursos suficientes para mais que cobrir o custo das necessidades básicas. Já o período pós-2022 mostra uma

³ Sem dados entre janeiro de 2021 e janeiro de 2022

aproximação ao equilíbrio, com o PCE se aproximando de 1, indicando uma melhoria em relação ao período anterior à vigência do Auxílio emergencial na cobertura dessas necessidades básicas. No que tange à atratividade do programa, o pico observado em meados de 2020 sugere que, durante esse período, o programa foi altamente atrativo e eficaz em prover as necessidades básicas, uma vez que temporariamente proporcionou um suporte mais substancial. Já no período atual, o PCE estar próximo indica que, embora o programa ainda seja valioso e ofereça suporte significativo, pode haver preocupações sobre sua suficiência para cobrir completamente o custo das necessidades alimentares básica.

2. Fator de Risco: o Mercado de Apostas Online

Uma⁴ análise técnica realizada pelo Banco Central sobre o mercado de apostas online no Brasil revela impactos significativos para os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). De acordo com o estudo, em agosto de 2024, aproximadamente 5 milhões de pessoas de famílias beneficiárias do programa, o que representa 9,2% dos beneficiários em agosto de 2024, realizaram transferências para empresas de apostas online via Pix, totalizando R\$ 3 bilhões. A mediana dos valores gasto por essas pessoas foi de R\$ 100 e a média foi de R\$ 600,00.

Dentre os apostadores, 70% são chefes de família que recebem diretamente o benefício do Bolsa Família. Esses chefes de família enviaram R\$ 2 bilhões, representando 67% do total apostado pelos beneficiários. A vulnerabilidade financeira dessas famílias é um fator importante, já que 17% dos cadastrados no programa em dezembro de 2023 participaram de apostas online, mostrando que a promessa de enriquecimento rápido por meio de apostas atrai, especialmente, as famílias de baixa renda.

A diferença expressiva entre a mediana e a média revela importantes detalhes sobre o padrão desses gastos. A mediana de R\$ 100,00, que representa o ponto central da distribuição dos valores gastos, revela que metade dessas pessoas transferiu até esse valor para as apostas. A alta média de R\$ 600,00 indica que uma parcela bem menor dos beneficiários apostou valores consideravelmente altos. Essa diferença substancial entre média e mediana sugere uma distribuição desigual dos gastos, onde uma parcela pequena de beneficiários gastou valores significativamente maiores, elevando a média geral.

Essa assimetria pode indicar a presença de grandes transferências feitas por uma minoria, o que levanta a hipótese de possível incidência de fraudes ou uso indevido dos recursos por terceiros. Além disso, a mediana, sendo consideravelmente menor que a média, pode refletir mais fielmente o impacto real desses gastos no poder de compra do beneficiário típico, já que ela representa o valor mais comum entre os beneficiários, sugerindo que, para a maioria, os gastos em apostas online foram relativamente baixos, mas ainda assim significativos diante de sua realidade econômica.

As fraudes, que já foram objeto de análise em Notas Técnicas anteriores, precisam ser combatidas, entretanto,

4

https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE119_An%C3%A1lise_t%C3%A9cnica_sobre_o_mercado_de_apostas_online_no_Brasil_e_o_perfil_dos_apostadores.pdf

O impacto dessas apostas em famílias vulneráveis preocupa, pois o dinheiro destinado ao sustento básico está sendo redirecionado para o mercado de apostas. Isso aumenta os desafios para a estabilidade financeira dessas famílias e pode prejudicar ainda mais seu bem-estar econômico, conforme indicam outros estudos citados em documentos anteriores. O aspecto central da discussão é como limitar o alcance dos mercados de apostas e seus impactos no aviltamento das condições sociais da população.

3. Os impactos

Considerando que o valor médio gasto pelos beneficiários do Programa Bolsa Família em apostas online foi de R\$ 600,00, e assumindo que o benefício médio também é de R\$ 600,00, a análise aponta que essa quantia gasta em apostas representa 100% do valor do benefício recebido. Isso implica que o PCE cairia de 1,0 para 0,0, ou seja, o poder de compra dessas famílias seria totalmente comprometido. No entanto, é importante considerar que esse valor elevado de gasto provavelmente reflete uma realidade distorcida, possivelmente associada a fraudes cometidas por beneficiários que falsificaram seus dados para se beneficiar indevidamente do programa. Uma parcela significativa dos gastos mencionados pode não representar as famílias genuinamente vulneráveis, que dependem do benefício para garantir sua segurança alimentar. Ao contrário, essas despesas provavelmente são originadas por beneficiários que manipulam suas condições socioeconômicas para se beneficiarem do Bolsa Família, utilizando os recursos para finalidades que não correspondem às necessidades básicas, como transferências para apostas online, ou mesmo para promover as possíveis fraudes.

Um dado adicional relevante é a mediana dos gastos, que foi de R\$ 100,00. Isso significa que metade dos beneficiários que realizaram transferências para apostas gastou até R\$ 100,00, um valor que, embora menor que a média, ainda representa um impacto considerável no orçamento de uma família dependente do Bolsa Família. Para essas famílias, essa transferência de R\$ 100,00 já comprometeria 16,7% do valor do benefício, reduzindo seu PCE de 1,0 para aproximadamente 0,83. Esse valor afeta diretamente a capacidade de suprir necessidades alimentares básicas.

Esses dados revelam uma distribuição desigual dos gastos e reforçam a necessidade de o governo implementar medidas restritivas para reduzir o alcance do mercado de apostas entre beneficiários de programas sociais. Uma ação prioritária que está sendo estudada pelo governo seria o estabelecimento de mecanismos que restrinjam a utilização de recursos públicos, como o Bolsa Família, para transferências diretas a empresas de apostas online, possivelmente bloqueando transações relacionadas a essas plataformas. Embora essa medida tenha como objetivo proteger o poder de compra dos mais vulneráveis, é importante considerar que ela também pode ser vista como uma restrição de liberdades individuais, o que levanta um debate sobre a eficácia e o impacto dessas ações.

Nesse contexto, as ideias do economista Amartya Sen⁵ oferecem uma perspectiva relevante para refletir sobre essa questão. Sen identifica duas razões principais pelas quais a liberdade é central para o desenvolvimento. A liberdade de escolha, segundo ele, é um valor intrínseco e essencial para a qualidade de vida, pois permite que as pessoas escolham livremente seus objetivos e

⁵ <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/publicacoes/Nt32ReformasnoBolsaFamiliaAvaliaodasCondicionalidadeseLiberdadesSobaticadeAmartyaSen.pdf>

formas de vida. Além disso, a liberdade desempenha um papel instrumental no desenvolvimento econômico e social, facilitando a participação ativa da população na sociedade e no processo de tomada de decisões que afetam suas vidas. Portanto, ao implementar medidas restritivas, o governo precisa equilibrar a proteção social com o respeito à liberdade dos indivíduos, garantindo que essas restrições não impeçam o desenvolvimento das capacidades e o bem-estar dos beneficiários.

Como solução o governo poderia aumentar a regulação do setor de apostas, impondo limites rigorosos de acesso e publicidade a todo o universo de potenciais apostadores. Outra medida essencial seria a implementação de campanhas educativas, conscientizando os apostadores sobre os riscos associados às apostas e o impacto negativo que esses gastos podem ter em sua segurança alimentar e econômica.

Uma outra medida importante é que o governo reforce a fiscalização e o monitoramento das operações financeiras envolvendo beneficiários do Bolsa Família, de modo a identificar rapidamente padrões de comportamento que possam indicar fraudes ou uso inadequado dos recursos. Essas medidas visam garantir que o programa continue a cumprir seu objetivo principal: proporcionar um suporte efetivo para famílias em situação de vulnerabilidade, evitando a perda de poder de compra essencial para suas necessidades básicas.

Conclusão

O impacto do mercado de apostas online no PCE das famílias beneficiárias do Bolsa Família acende uma luz amarela sobre o comportamento de parte dos beneficiários e o direcionamento de seus gastos. A transferência de recursos essenciais para esse tipo de atividade compromete a eficácia do programa, que tem como um dos principais objetivos garantir o mínimo de segurança alimentar para as famílias vulneráveis. O desvio de parte significativa do benefício para apostas reduz drasticamente o poder de compra das famílias, evidenciado pela queda do PCE, que reflete a capacidade de adquirir cestas básicas. Além disso, análise da média dos gastos demonstra como as vulnerabilidades do cadastro de beneficiários pode levar a fraudes.

Recomendações

- i. Melhorar os mecanismos de controle e fiscalização: O governo deve intensificar a fiscalização sobre as transações financeiras dos beneficiários do Bolsa Família, especialmente as relacionadas ao mercado de apostas online. A criação de um sistema de monitoramento mais ágil pode ajudar a identificar fraudes e evitar que o benefício seja utilizado para fins que comprometam a segurança alimentar das famílias.
- ii. Educação financeira e conscientização: Implementar campanhas de conscientização sobre os riscos das apostas online e a importância de um uso responsável dos benefícios sociais. Tais campanhas podem ajudar a diminuir o uso indevido dos recursos do Bolsa Família, promovendo a educação financeira entre os beneficiários.
- iii. Estudo aprofundado de medidas restritivas: Ao sugerir o bloqueio de transações para empresas de apostas, é essencial que o governo considere o equilíbrio entre a restrição e a liberdade dos indivíduos, conforme proposto por economistas como Amartya Sen. Portanto, recomenda-se que qualquer medida restritiva seja acompanhada de estudos que avaliem seu impacto social e econômico, garantindo que as políticas públicas não

privem os beneficiários de suas liberdades econômicas, mas sim promovam sua proteção e desenvolvimento.

- iv. Ajuste contínuo dos benefícios: Para garantir que o PCE se mantenha em níveis adequados, é necessário que o governo continue ajustando os valores do Bolsa Família de acordo com a inflação e o custo de vida. Isso assegura que as famílias mantenham o poder de compra suficiente para suprir suas necessidades alimentares e outras necessidades básicas.